

Contas Nacionais Trimestrais Por Sector Institucional (Base 2006)

1º Trimestre de 2013

Capacidade de financiamento da Economia portuguesa aumenta

No ano acabado no 1º trimestre de 2013, a capacidade de financiamento da economia portuguesa ampliou-se para 1,2% do PIB (0,3% em 2012). Esta evolução deveu-se em larga medida à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços e do Saldo dos Rendimentos Primários.

A taxa de poupança das Famílias aumentou para 12,9% no 1º trimestre de 2013 (11,6% em 2012), variação determinada pela redução de 1,0% do consumo e pelo aumento do rendimento disponível das Famílias (variação de 0,5% no 1º trimestre de 2013). A capacidade de financiamento das Famílias atingiu 7,7% do PIB no 1º trimestre de 2013 (superior em 1,2 pontos percentuais à do trimestre anterior).

Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se em -2,8% e 3,4% do PIB no ano terminado no 1º trimestre de 2013, respetivamente.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas aumentou, passando de 6,4% em 2012 para 7,1% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2013. Este comportamento refletiu sobretudo os aumentos das prestações sociais e, em maior grau, das transferências de capital. Tomando como referência valores trimestrais e não valores do ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -10,6% do PIB no 1º trimestre de 2013 (-7,9% do PIB em igual trimestre do ano anterior).

O Rendimento Nacional Bruto e o Rendimento Disponível Bruto da Nação continuaram a registar reduções menos acentuadas (variações de -0,5% em ambos os casos) que a verificada no PIB (-0,8%).

Os custos do trabalho por unidade produzida mantiveram a tendência decrescente embora com menor intensidade, em grande medida em resultado do impacto na remuneração média da economia das alterações no pagamento dos subsídios relativamente ao verificado em 2012.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 1º trimestre de 2013.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos, que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de

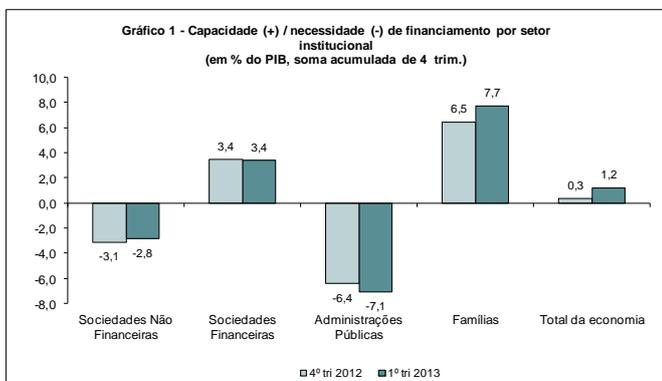
oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE.

Capacidade de financiamento da economia atinge 1,2% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,2% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2013, acentuando a evolução positiva iniciada no trimestre anterior, em que a economia portuguesa registou pela primeira vez um saldo positivo (0,3% em 2012). Esta evolução deveu-se, em larga medida, à melhoria do Saldo Externo de Bens e Serviços e do Saldo dos Rendimentos Primários. O saldo positivo da conta externa de bens e serviços foi sobretudo determinado pela diminuição de 1,7% das importações no ano acabado no 1º trimestre de 2013.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou, passando de 6,4% do PIB em 2012 para 7,1% no ano acabado no 1º trimestre de 2013. Para este comportamento negativo contribuíram sobretudo os aumentos das despesas com prestações sociais e das outras despesas de capital. Para o conjunto dos restantes setores internos, a capacidade de financiamento representou 8,3% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2013, o que compara com uma capacidade de financiamento de 6,8% do PIB em 2012. O gráfico seguinte apresenta a comparação entre o 1º trimestre de 2013 e o 4º trimestre de 2012.

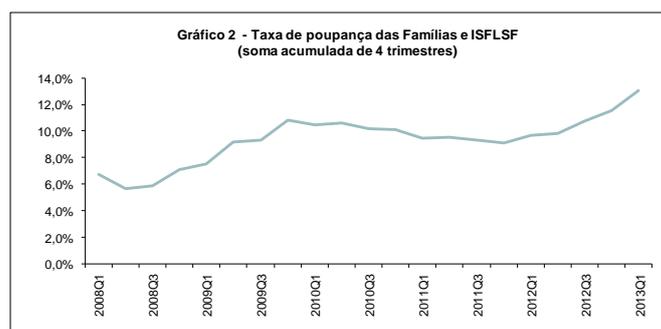


Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se em -2,8% e 3,4% no

ano terminado no 1º trimestre de 2013, respetivamente. A capacidade de financiamento das famílias¹ aumentou 1,2 pontos percentuais (p.p.) do PIB, atingindo 7,7% no ano terminado no 1º trimestre de 2013.

Famílias: taxa de poupança aumentou para 12,9% do rendimento disponível

O aumento da capacidade de financiamento das famílias esteve associado ao comportamento da poupança corrente, que aumentou 12,2% no ano acabado no 1º trimestre de 2013. Efetivamente, a taxa de poupança das Famílias fixou-se em 12,9% do respetivo rendimento disponível, o que compara com 11,6% no ano terminado no 4º trimestre de 2012. Este comportamento tem subjacente um aumento de 0,5% do rendimento disponível no ano acabado no 1º trimestre de 2013 e, principalmente, a diminuição da despesa de consumo final (taxa de variação de -1,0% no ano acabado no 1º trimestre de 2013).



O aumento do saldo dos rendimentos de propriedade e das prestações sociais recebidas mais que compensou o aumento do imposto sobre o rendimento, resultando no aumento de 0,5% do rendimento disponível das famílias (variação de -0,2% em 2012). O imposto sobre o rendimento aumentou 5,3% (taxa de variação de

¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo,

-8,1% em 2012), na sequência da entrada em vigor da lei do orçamento para 2013 que implicou um aumento das taxas de retenção do IRS.

O aumento do rendimento disponível foi ainda influenciado pelo comportamento das remunerações recebidas pelas famílias, que diminuíram apenas 0,2% no ano terminado no 1º trimestre de 2013 quando no trimestre anterior tinham diminuído 2,8%. A redução menos acentuada das remunerações foi influenciada pelo pagamento de subsídios em duodécimos. No caso do setor público, o subsídio de Natal é pago em 2013 em duodécimos, enquanto no setor privado foi possível optar pelo pagamento de metade do subsídio de férias e metade do subsídio de Natal em duodécimos.

Como se observa no quadro seguinte, tem-se assistido a uma alteração da composição do rendimento disponível das famílias. Essa alteração exprime-se designadamente na redução do peso relativo das remunerações e no aumento dos pesos relativos dos rendimentos líquidos de propriedade, essencialmente constituídos pelo saldo entre juros recebidos e juros pagos, e das prestações sociais líquidas de contribuições sociais.

O investimento das Famílias diminuiu 3,7% no 1º trimestre de 2013, contribuindo assim, a par do aumento da poupança, para a melhoria da capacidade de financiamento de 1,2 p.p. do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2013.

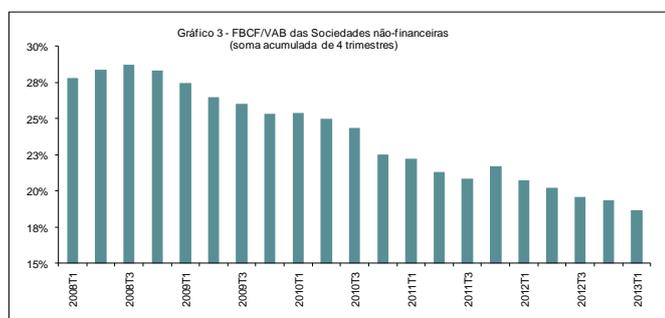
Quadro 1: peso percentual das componentes do rendimento disponível (ano terminado no trimestre)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais	Transferências líquidas recebidas
2010Q1	69.60	20.32	7.96	-8.03	6.22	3.93
2010Q2	69.12	20.33	8.02	-7.95	6.47	4.00
2010Q3	69.02	20.46	7.79	-7.77	6.55	3.96
2010Q4	68.47	20.22	8.58	-7.96	6.32	4.37
2011Q1	68.58	20.42	8.95	-8.66	6.36	4.35
2011Q2	68.21	20.25	8.99	-7.78	6.10	4.23
2011Q3	68.10	20.11	9.68	-8.00	6.06	4.06
2011Q4	68.26	20.12	10.02	-8.87	6.49	3.99
2012Q1	67.62	20.27	10.23	-8.89	6.87	3.90
2012Q2	66.57	20.55	10.53	-9.25	7.65	3.96
2012Q3	65.69	20.68	11.00	-9.09	7.79	3.93
2012Q4	63.97	20.86	11.69	-8.37	7.90	3.94
2013Q1	63.52	20.83	12.07	-8.77	8.31	4.04

Sociedades Não Financeiras: taxa de investimento de 18,7% no 1º trimestre de 2013

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 2,8% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2013 (3,1% em 2012).

A melhoria da necessidade de financiamento do setor refletiu o efeito da diminuição da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do saldo dos rendimentos de propriedade, que mais que compensaram a diminuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB). Efetivamente, a FBCF das Sociedades Não Financeiras diminuiu 4,5% no ano terminado no 1º trimestre de 2013 (diminuição de 1,9% em 2012), enquanto o VAB diminuiu 1,0%. Assim, a taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do setor) manteve uma trajetória decrescente, atingindo 18,7% no ano acabado no 1º trimestre de 2013 (19,3% em 2012).



Sociedades Financeiras: diminuição de 11,8% da poupança corrente

No ano acabado no 1º trimestre de 2013, o setor das Sociedades Financeiras registou uma capacidade de financiamento de 3,4% do PIB (igual à registada em 2012). A poupança corrente deste setor registou uma diminuição de 11,8% (variação de -15,8% em 2012), refletindo a redução mais expressiva dos rendimentos de propriedade recebidos, comparativamente com a

diminuição dos rendimentos pagos, o que se traduziu numa redução de 50,1% no saldo dos rendimentos de propriedade. As transferências de capital recebidas aumentaram significativamente no ano terminado no 1º trimestre de 2013, determinando uma capacidade de financiamento de 3,4% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2013, igual à observada no trimestre anterior.

Sector das Administrações Públicas: défice aumenta 0,6 p.p.

A necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou um aumento de 0,6 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2013, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 7,1% do PIB. Este aumento da necessidade de financiamento resultou de um aumento mais acentuado na despesa que o verificado na receita (ver Quadro 2).

Do lado da receita, verificou-se um aumento dos impostos sobre o rendimento e património. As contribuições sociais mantiveram-se praticamente ao mesmo nível do trimestre anterior, tendo-se verificado reduções dos impostos sobre a produção e a importação e das receitas de capital.

Do lado da despesa, a generalidade das componentes registou um aumento no ano terminado no 1º trimestre de 2013 face a 2012, observando-se apenas uma redução ligeira do consumo intermédio e uma redução mais acentuada do investimento. Salienta-se o aumento da outra despesa de capital e das prestações sociais pagas como as componentes com os contributos mais significativos para o aumento da despesa. O comportamento da outra despesa de capital resultou, em grande medida, da contabilização do aumento de

capital numa instituição financeira como transferência de capital das AP em Contas Nacionais, no montante de 700 milhões de euros (1,8% do PIB).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre (ver Quadro 4), o saldo das AP situou-se em cerca de -4167,3 milhões de euros no 1º trimestre de 2013 (-10,6% do PIB), quando em igual trimestre de 2012 tinha sido -3206,9 (-7,9% do PIB).

Recorde-se que, tal como foi já referido em edições anteriores desta publicação, no apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico, independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP,

onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais, sendo ainda retiradas entidades que não integram esse setor, mas que estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações no capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

O Quadro 5 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º trimestre de 2013 com o trimestre homólogo verifica-se um agravamento significativo do saldo em contabilidade pública. Nos ajustamentos em contabilidade nacional destaca-se o já referido registo do aumento de capital numa instituição financeira na rubrica “injeções de capital” no 1º trimestre de 2013.

Quadro 2: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁶ euros

	2012T1	2012T2	2012T3	2012T4	2013T1
Receitas totais	76 586.8	76 150.7	75 251.6	67 794.2	67 915.0
Receita corrente	68 962.9	68 293.9	67 282.5	65 624.2	65 881.9
Impostos sobre o rendimento e património	16 851.1	16 912.1	16 301.5	15 291.3	15 789.5
Impostos sobre a produção e importação	23 059.6	22 838.0	22 554.8	22 522.4	22 264.9
Contribuições sociais	20 747.1	20 201.0	19 816.4	19 230.4	19 237.0
Vendas	4 487.0	4 618.6	4 699.9	4 561.5	4 537.5
Outras receitas correntes	3 818.1	3 724.2	3 910.0	4 018.6	4 053.2
Receitas de capital	7 623.9	7 856.8	7 969.1	2 170.0	2 033.1
Despesas totais	84 248.4	83 018.7	81 779.5	78 418.6	79 499.8
Despesa corrente	77 726.4	76 510.9	75 929.6	73 372.8	74 119.1
Prestações sociais	37 965.6	38 156.4	37 839.5	37 355.2	37 788.6
Despesas com pessoal	19 095.2	17 785.3	17 516.8	16 308.9	16 387.8
Juros	7 262.0	7 422.2	7 421.5	7 293.7	7 315.8
Consumo intermédio	8 077.0	7 873.2	7 906.2	7 535.7	7 507.6
Subsídios	1 080.8	1 073.9	1 072.7	1 038.8	1 044.7
Outra despesa corrente	4 245.8	4 200.0	4 172.9	3 840.6	4 074.6
Despesa de capital	6 522.0	6 507.8	5 849.9	5 045.8	5 380.7
Investimento ⁽¹⁾	4 418.6	3 782.0	3 130.2	2 681.4	2 443.6
Outra despesa de capital	2 103.4	2 725.7	2 719.7	2 364.3	2 937.1
Saldo corrente	-8 763.5	-8 217.0	-8 647.1	-7 748.6	-8 237.2
Saldo total	-7 661.6	-6 868.0	-6 527.9	-10 624.3	-11 584.8
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70 464.43	69 088.78	68 508.14	66 079.05	66 803.30
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	170 730.90	168 543.50	167 384.10	165 246.70	163 927.20
Défice em % PIB	-4.5%	-4.1%	-3.9%	-6.4%	-7.1%

Quadro 3: Taxas de variação das Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2012T1	2012T2	2012T3	2012T4	2013T1
Receitas totais	-0.5	-0.6	-1.2	-9.9	0.2
Receita corrente	-0.5	-1.0	-1.5	-2.5	0.4
Impostos sobre o rendimento e património	-0.7	0.4	-3.6	-6.2	3.3
Impostos sobre a produção e importação	-1.4	-1.0	-1.2	-0.1	-1.1
Contribuições sociais	-0.9	-2.6	-1.9	-3.0	0.0
Vendas	1.3	2.9	1.8	-2.9	-0.5
Outras receitas correntes	6.6	-2.5	5.0	2.8	0.9
Receitas de capital	-0.2	3.1	1.4	-72.8	-6.3
Despesas totais	-0.2	-1.5	-1.5	-4.1	1.4
Despesa corrente	0.1	-1.6	-0.8	-3.4	1.0
Prestações sociais	0.9	0.5	-0.8	-1.3	1.2
Despesas com pessoal	-1.8	-6.9	-1.5	-6.9	0.5
Juros	5.0	2.2	0.0	-1.7	0.3
Consumo intermédio	0.5	-2.5	0.4	-4.7	-0.4
Subsídios	-9.0	-0.6	-0.1	-3.2	0.6
Outra despesa corrente	-3.8	-1.1	-0.6	-8.0	6.1
Despesa de capital	-4.6	-0.2	-10.1	-13.7	6.6
Investimento ⁽¹⁾	0.3	-14.4	-17.2	-14.3	-8.9
Outra despesa de capital	-13.5	29.6	-0.2	-13.1	24.2

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 4: Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas

	1º trimestre de 2012		1º trimestre de 2013		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	15 221.3	37.5	15 342.1	39.0	0.8
Receita corrente	14 932.5	36.7	15 190.2	38.6	1.7
Impostos sobre o rendimento e património	3 223.4	7.9	3 721.5	9.5	15.5
Impostos sobre a produção e importação	5 240.3	12.9	4 982.7	12.7	-4.9
Contribuições sociais	4 566.3	11.2	4 572.9	11.6	0.1
Vendas	990.2	2.4	966.1	2.5	-2.4
Outras receitas correntes	912.3	2.2	947.0	2.4	3.8
Receitas de capital	288.9	0.7	151.9	0.4	-47.4
Despesas totais	18 428.2	45.3	19 509.5	49.6	5.9
Despesa corrente	17 436.4	42.9	18 182.8	46.2	4.3
Prestações sociais	8 772.0	21.6	9 205.3	23.4	4.9
Despesas com pessoal	4 032.7	9.9	4 111.6	10.5	2.0
Juros	1 861.6	4.6	1 883.7	4.8	1.2
Consumo intermédio	1 565.3	3.9	1 537.2	3.9	-1.8
Subsídios	141.9	0.3	147.8	0.4	4.2
Outra despesa corrente	1 063.1	2.6	1 297.2	3.3	22.0
Despesa de capital	991.8	2.4	1 326.7	3.4	33.8
Investimento ⁽¹⁾	745.5	1.8	507.7	1.3	-31.9
Outra despesa de capital	246.3	0.6	819.0	2.1	232.6
Saldo corrente	-2 504.0	-6.2	-2 992.5	-7.6	
Saldo total	-3 206.9	-7.9	-4 167.3	-10.6	

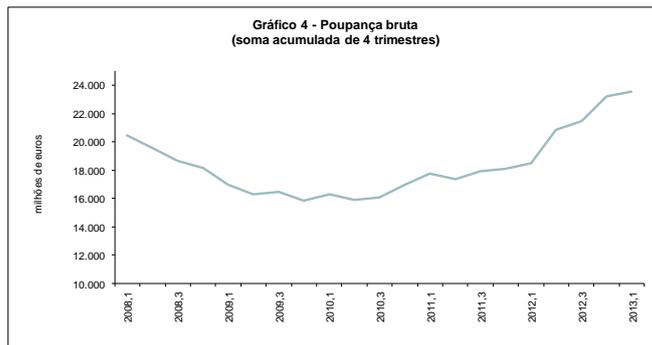
⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões activos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unid: milhões euro	
	2012T1	2013T1
Saldo em contabilidade pública:	-611.7	-1 456.9
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	-669.7	-94.6
Diferença entre juros pagos e devidos	-1 103.7	-1 035.5
Outros valores a receber:	-1 027.5	-926.1
Outros valores a pagar:	-193.5	68.2
Outros ajustamentos:	398.2	-706.9
<i>dos quais:</i>		
<i>Injecções de capital</i>	347.0	-700.0
Saldo em contabilidade nacional:	-3 207.8	-4 151.8
Em % do PIB	-7.9%	-10.6%

**Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto
diminui 0,5% no 1º trimestre de 2013**

No ano terminado no 1º trimestre de 2013, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou, em termos nominais, uma variação de -0,5%, taxa superior em 0,3 p.p. à variação do PIB, refletindo o saldo menos negativo dos rendimentos primários (remunerações do trabalho e do capital) com o exterior. Os rendimentos primários recebidos e pagos ao exterior registaram diminuições de 2,7% e 5,4% no ano acabado no 1º trimestre de 2013, respetivamente.



A Formação Bruta de Capital (FBC) para o total da economia registou uma diminuição de 5,0% no ano acabado no 1º trimestre de 2013 (aumento de 0,2% no trimestre anterior). A redução da FBC e o aumento da poupança bruta corrente determinaram o aumento da capacidade de financiamento da economia para 1,2% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2013.

Quadro 5: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2009T1	170 785	-0.7	164 253	-1.0	165 977	-1.0
2009T2	169 168	-0.9	162 515	-1.1	164 149	-1.1
2009T3	168 539	-0.4	162 261	-0.2	163 615	-0.3
2009T4	168 529	0.0	161 665	-0.4	162 825	-0.5
2010T1	169 519	0.6	162 947	0.8	164 055	0.8
2010T2	170 818	0.8	164 095	0.7	165 370	0.8
2010T3	172 293	0.9	165 163	0.7	166 564	0.7
2010T4	172 860	0.3	166 934	1.1	168 297	1.0
2011T1	173 133	0.2	167 593	0.4	169 100	0.5
2011T2	172 905	-0.1	166 444	-0.7	167 888	-0.7
2011T3	172 145	-0.4	166 201	-0.1	167 675	-0.1
2011T4	171 053	-0.6	164 608	-1.0	166 143	-0.9
2012T1	170 718	-0.2	163 847	-0.5	165 450	-0.4
2012T2	168 522	-1.3	163 183	-0.4	164 852	-0.4
2012T3	167 369	-0.7	162 267	-0.6	163 968	-0.5
2012T4	165 247	-1.3	161 071	-0.7	163 010	-0.6
2013T1	163 924	-0.8	160 248	-0.5	162 168	-0.5

Quadro 6 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de ativos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2009T1	9.9	0.8	22.2	-11.4
2009T2	9.6	1.1	21.2	-10.4
2009T3	9.8	1.2	20.6	-9.5
2009T4	9.4	1.2	20.2	-9.6
2010T1	9.6	1.1	20.2	-9.5
2010T2	9.3	1.0	20.4	-10.1
2010T3	9.3	1.0	20.2	-9.8
2010T4	9.8	1.4	20.2	-9.0
2011T1	10.3	1.5	20.1	-8.3
2011T2	10.0	1.5	19.5	-8.1
2011T3	10.4	1.5	19.0	-7.1
2011T4	10.6	1.6	17.7	-5.6
2012T1	10.8	1.7	17.1	-4.5
2012T2	12.4	1.8	16.3	-2.1
2012T3	12.8	2.1	15.6	-0.7
2012T4	14.0	2.2	15.9	0.3
2013T1	14.4	2.1	15.2	1.2

O Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) apresentou uma taxa de variação de -0,5% no ano acabado no 1º trimestre de 2013. A despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um decréscimo de 0,9%, o que determinou um aumento de 1,6% da poupança bruta corrente da economia, como se observa no gráfico seguinte.

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP): variação negativa no 1º trimestre de 2013

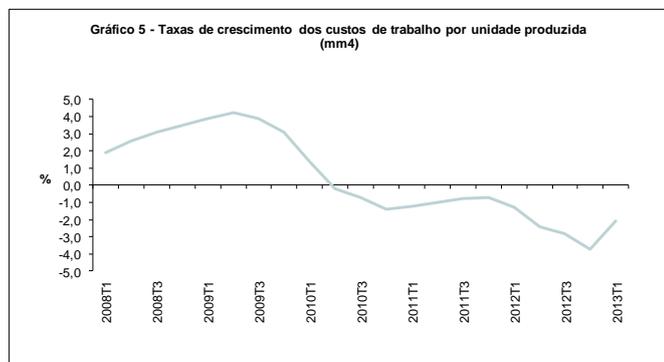
No ano acabado no 1º trimestre de 2013, os CTUP registaram uma taxa de variação homóloga de -2,1% (-3,7% no trimestre anterior), determinada pela redução, em termos homólogos, de -1,7% da remuneração média², associada a um aumento da produtividade de 0,4%.

A diminuição menos acentuada dos CTUP no 1º trimestre de 2013 é explicada pelo comportamento da remuneração média, que diminuiu 1,7% em termos homólogos, quando no trimestre anterior tinha diminuído 2,7%. Como foi já referido, este resultado foi influenciado pelo pagamento de subsídios em duodécimos.

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 4º trimestre de 2012, é de destacar:

- (i) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver “Destaque” de 5 de junho passado);
- (ii) Outras alterações decorrentes da utilização de informação de base revista, nomeadamente das Estatísticas Monetárias e Financeiras.



² Remuneração por trabalhador.



Nota metodológica

Os resultados apresentados (ver quadros nos ficheiros Excel em anexo) correspondem à primeira versão do 4º trimestre de 2012 das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI). Esta versão tem uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como a razão entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.



Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.